



Concurso Público para provimento de cargo de

**Analista Ministerial
Área Serviço Social**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AF', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

**Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, devolva este caderno ao fiscal, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto abaixo.

Um dos poemas mais notáveis da língua inglesa é dedicado por Edgar Allan Poe a uma mulher a quem deu o nome de Helena. Seria ela efetivamente, para o poeta, uma encarnação da princesa homérica? Seja qual for a resposta, em seu poema ele lhe dizia que sua beleza era maior do que a de uma mortal. Ao contemplá-la, ele tinha consciência de reviver acontecimentos passados, que ainda lhe eram presentes e familiares, pois assim se via transportado de volta "à glória que foi a Grécia e à grandeza que foi Roma".

Esses versos tornaram-se um clichê usado para exprimir o que se considera um irreversível compromisso entre o passado e o presente. Eis aí duas culturas, a grega e a romana, que na Antiguidade se reuniram para criar uma civilização comum, a qual continua existindo como um fato histórico no interior de nossa própria cultura contemporânea. O clássico ainda vive e se move, e mantém seu ser como um legado que provê o fundamento de nossas sensibilidades. Poe certamente acreditava nisso; e é possível que isso em que ele acreditava ainda seja por nós obscuramente sentido como verdadeiro, embora não de modo consciente.

Se Grécia e Roma foram, para Poe, uma espécie de casa, em cujos familiares cômodos ele gostava de morar, se Roma e Grécia têm ainda alguma realidade atual para nós, esse estado de coisas funda-se num pequeno fato tecnológico. A civilização dos gregos e romanos foi a primeira na face da terra fundada na atividade do leitor comum; a primeira capaz de dar à palavra escrita uma circulação geral; a primeira, em suma, a tornar-se letrada no pleno sentido deste termo, e a transmitir-nos o seu conhecimento letrado.

(Fragmento adaptado de Eric A. Havelock. **A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais.** Trad. de Ordep José Serra. São Paulo: Editora da UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.45-6)

1. A civilização greco-romana é vista no texto como
- (A) muito sedutora para o homem de hoje, que é inconscientemente levado à indistinção entre passado e presente.
 - (B) modelo a ser seguido em todas as áreas do conhecimento humano, da poesia à arquitetura.
 - (C) ainda vibrante nos livros de história e nas obras clássicas, a despeito das diferenças marcantes que a separam de nossa cultura.
 - (D) viva e pulsante, porquanto atualizada na permanência da escrita na base da cultura contemporânea.
 - (E) um mundo encantado, povoado por criaturas mortais e imortais trazidas até nós por meio dos textos escritos.

2. A referência à **escrita** como **tecnologia** justifica-se
- (A) pela modernidade dessa invenção, que só viria a ser plenamente utilizada em nosso próprio tempo.
 - (B) por tratar-se de uma técnica, método ou processo desenvolvido para determinada atividade humana.
 - (C) pelo fato de que essa invenção contém virtualmente todas as conquistas da tecnologia de ponta de nosso tempo.
 - (D) pela liberdade poética que o autor se concede, pois a atividade da escrita não pode ser propriamente chamada de tecnológica.
 - (E) por estar associada ao contexto da Antiguidade, em que os inventos mais simples eram denominados tecnológicos.

3. O segmento cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:
- (A) *letrada no pleno sentido deste termo* = registrada no significado amplo da palavra
 - (B) *encarnação da princesa homérica* = emulação da extraordinária aristocrata
 - (C) *irreversível compromisso entre o passado e o presente* = inalienável acordo entre dois tempos
 - (D) *legado que provê o fundamento* = testamento que antecipa o resultado
 - (E) *clichê usado para exprimir* = lugar-comum empregado para expressar

4. *Seja qual for a resposta, em seu poema ele lhe dizia que sua beleza era maior do que a de uma mortal.*
- O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:
- (A) ... *como um legado que provê o fundamento de nossas sensibilidades.*
 - (B) *Poe certamente acreditava nisso...*
 - (C) ... *a primeira capaz de dar à palavra escrita uma circulação geral...*
 - (D) ... *a primeira, em suma, a tornar-se letrada no pleno sentido deste termo...*
 - (E) *Eis aí duas culturas, a grega e a romana, que na Antiguidade se reuniram para...*

5. Ao se substituir um elemento de determinado segmento do texto, o pronome foi empregado de modo INCORRETO em:
- (A) *e mantém seu ser* = e lhe mantém
 - (B) *é dedicado [...]* a uma mulher = lhe é dedicado
 - (C) *reviver acontecimentos passados* = revivê-los
 - (D) *para criar uma civilização comum* = para criá-la
 - (E) *que provê o fundamento* = que o provê



<p>6. ... pois assim se <u>v</u>ia transportado de volta “à glória que foi a Grécia e à grandeza que foi Roma”.</p> <p>O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:</p> <p>(A) <i>Poe certamente acreditava nisso...</i></p> <p>(B) <i>Se Grécia e Roma foram, para Poe, uma espécie de casa...</i></p> <p>(C) <i>... ainda seja por nós obscuramente sentido como verdadeiro, embora não de modo consciente.</i></p> <p>(D) <i>... como um legado que provê o fundamento de nossas sensibilidades.</i></p> <p>(E) <i>Seria ela efetivamente, para o poeta, uma encarnação da princesa homérica?</i></p>	<p>Matemática e Raciocínio Lógico</p> <p>9. Um casal de idosos determinou, em testamento, que a quantia de R\$ 4.950,00 fosse doada aos três filhos de seu sobrinho que os ajudara nos últimos anos. O casal determinou, também, que a quantia fosse distribuída em razão inversamente proporcional à idade de cada filho por ocasião da doação. Sabendo que as idades dos filhos eram 2, 5 e x anos respectivamente, e que o filho de x anos recebeu R\$ 750,00, a idade desconhecida é, em anos,</p> <p>(A) 4.</p> <p>(B) 6.</p> <p>(C) 7.</p> <p>(D) 8.</p> <p>(E) 9.</p>
<p>7. Atente para as afirmações abaixo sobre a pontuação empregada em segmentos transcritos do texto.</p> <p>I. <i>Eis aí duas culturas, a grega e a romana, que na Antiguidade se reuniram para criar uma civilização comum...</i></p> <p>A substituição das vírgulas por travessões redundaria em prejuízo para a correção e a lógica.</p> <p>II. <i>Se Grécia e Roma foram, para Poe, uma espécie de casa...</i></p> <p>A retirada simultânea das vírgulas não implicaria prejuízo para a correção e a lógica.</p> <p>III. <i>... a primeira, em suma, a tornar-se letrada no pleno sentido deste termo, e a transmitir-nos o seu conhecimento letrado.</i></p> <p>A vírgula colocada imediatamente depois de <i>termo</i> é facultativa.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>	<p>10. Em fevereiro de 2012, quatro irmãos, todos nascidos em janeiro, respectivamente nos anos de 1999, 1995, 1993 e 1989, se reuniram para abrir o testamento do pai que havia morrido pouco antes. Estavam ansiosos para repartir a herança de R\$ 85.215,00. O texto do testamento dizia que a herança seria destinada apenas para os filhos cuja idade, em anos completos e na data da leitura do testamento, fosse um número divisor do valor da herança. Os filhos que satisfizessem essa condição deveriam dividir igualmente o valor herdado. O que cada filho herdeiro recebeu foi</p> <p>(A) R\$ 85.215,00.</p> <p>(B) R\$ 42.607,50.</p> <p>(C) R\$ 28.405,00.</p> <p>(D) R\$ 21.303,75.</p> <p>(E) R\$ 0,00.</p>
<p>8. ... assim [ele] se <u>v</u>ia transportado de volta “à glória que foi a Grécia e à grandeza que foi Roma”.</p> <p>Ambos os sinais indicativos de crase devem ser mantidos caso o segmento sublinhado seja substituído por:</p> <p>(A) enaltecia.</p> <p>(B) louvava.</p> <p>(C) aludia.</p> <p>(D) mencionava.</p> <p>(E) evocava.</p>	<p>11. O dono de uma obra verificou que, com o ritmo de trabalho de 15 trabalhadores, todos trabalhando apenas 4 horas por dia, o restante de sua obra ainda levaria 12 dias para ser encerrado. Para terminar a obra com 9 dias de trabalho o dono da obra resolveu alterar o número de horas de trabalho por dia dos trabalhadores. Com a proposta feita, cinco trabalhadores se desligaram da obra. Com o pessoal reduzido, o número de horas de trabalho por dia aumentou ainda mais e, mesmo assim, houve acordo e as obras foram retomadas, mantendo-se o prazo final de 9 dias. Após três dias de trabalho nesse novo ritmo de mais horas de trabalho por dia, cinco trabalhadores se desligaram da obra. O dono desistiu de manter fixa a previsão do prazo, mas manteve o número de horas de trabalho por dia conforme o acordo. Sendo assim, os trabalhadores restantes terminaram o que faltava da obra em uma quantidade de dias igual a</p> <p>(A) 42.</p> <p>(B) 36.</p> <p>(C) 24.</p> <p>(D) 8.</p> <p>(E) 12.</p>

**Legislação**

12. Gerson, ao retornar do trabalho, foi surpreendido com a presença dos bombeiros no quintal de sua casa, pois estavam realizando o resgate de cinco pessoas, que foram soterradas pelo deslizamento de terra do morro nos fundos do seu imóvel. Os bombeiros foram obrigados a demolir parte da casa de Gerson para poder posicionar uma máquina a fim de auxiliar no resgate, causando extremo dano no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) ao imóvel. Segundo inciso XXV do artigo 5º da Constituição Federal, os danos causados pela autoridade competente na casa de Gerson:
- (A) não serão indenizados porque era caso de perigo público.
(B) serão passíveis de indenização ulterior.
(C) não serão indenizados porque os Bombeiros estão autorizados, em caso de perigo público, a ingressar em qualquer imóvel.
(D) serão indenizados até o limite máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
(E) serão indenizados até o limite máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
13. Jorginho, menor de impúbere, teria sido abandonado por sua mãe, Maria. Mediante tal alegação, Marcos, pai de Jorginho, ingressou com a ação competente e pediu a guarda de seu filho ao Poder Judiciário. Segundo o inciso LX do artigo 5º da Constituição Federal, a autoridade judicial:
- (A) não assegurará à Maria o contraditório e ampla defesa porque abandonou Jorginho.
(B) admitirá, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos no interesse do menor.
(C) pode restringir a publicidade dos atos processuais em defesa da intimidade.
(D) instituirá juízo de exceção e julgará Maria culpada sumariamente por ter abandonado Jorginho.
(E) condenará Maria à pena de banimento por ter abandonado Jorginho.
14. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, NÃO se inclui dentre as funções institucionais do Ministério Público:
- (A) promover ação popular para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
(B) defender judicialmente os direitos e interesses da população indígena.
(C) promover, privativamente, ação penal pública, na forma da lei.
(D) requisitar diligências investigatórias e instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
(E) promover ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.
15. Compete ao Sub-Procurador-Geral de Justiça em Assuntos Institucionais, dentre outras atribuições:
- (A) praticar atos relativos à administração geral e execução orçamentária do Ministério Público.
(B) coordenar os serviços das assessorias administrativas.
(C) dirigir as atividades funcionais e os serviços técnicos e administrativos.
(D) promover a participação e o fortalecimento da sociedade civil no acompanhamento e fiscalização das políticas públicas, administração geral e execução.
(E) coordenar os serviços das assessorias técnicas em matéria cível e criminal.

16. Considere:

- I. Solicitar o funcionário público para si, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
II. Deixar o funcionário público de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer sentimento pessoal.

Essas condutas tipificam, respectivamente, os delitos de:

- (A) corrupção ativa e prevaricação.
(B) corrupção ativa e condescendência criminosa.
(C) prevaricação e condescendência criminosa.
(D) corrupção ativa e corrupção passiva.
(E) corrupção passiva e prevaricação.

17. Dar causa à instauração de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que sabe inocente:

- (A) configura o delito de comunicação falsa de crime.
(B) configura o delito de denúncia caluniosa.
(C) configura o delito de fraude processual.
(D) configura o delito de auto-acusação falsa.
(E) não tem relevância penal, porque a ação de improbidade administrativa é ação cível.

Informática

18. No *Microsoft Word 2007* ou superior é possível salvar arquivos no formato de texto *Open Document*, usado por alguns aplicativos de processamento de texto, como o *OpenOffice.org Writer* e o *Google Docs*. A extensão de um arquivo salvo no formato de documento citado acima é:

- (A) .odt
(B) .pdf
(C) .xps
(D) .mdb
(E) .pps

19. No *Microsoft Excel 2007* o conteúdo de uma célula aparece, por padrão, com orientação horizontal. Para mudar o conteúdo dessa célula para orientação vertical, ou seja, para fazer com que o conteúdo da célula apareça no sentido vertical, pode-se clicar com o botão direito do mouse sobre a célula desejada e selecionar a opção:

- (A) Alinhamento. Em seguida, clica-se na opção Definir Como e, na caixa de diálogo que aparece, seleciona-se a opção alinhamento vertical.
(B) Rotação. Em seguida, seleciona-se o sentido vertical ou digita-se o grau de rotação do texto.
(C) Formatar alinhamento. Em seguida, clica-se na opção Alinhamento do texto e, na janela que se abre, seleciona-se a opção Alinhamento Vertical.
(D) Texto Vertical. Em seguida, seleciona-se o grau de rotação do texto e clica-se no botão Aplicar ao texto selecionado.
(E) Formatar células. Em seguida clica-se na guia Alinhamento e, na divisão Orientação, seleciona-se o sentido vertical ou digita-se o grau de rotação do texto.

20. No *Libre Office Calc*, a função que retorna a data e hora atual do computador é chamada:

- (A) HoraAtual().
(B) Agora().
(C) DataHora().
(D) Tempo().
(E) Horário().

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. O estudo das políticas sociais não pode prescindir da compreensão do papel do Estado. Nesta linha, é correto afirmar:
- (A) O Estado sempre interveio politicamente para atender demandas e necessidades tanto da esfera do trabalho quanto do capital.
 - (B) O Estado foi chamado a intervir apenas quando o capital demandou sua presença diante dos movimentos sociais organizados em torno do projeto neoliberal.
 - (C) A intervenção estatal refere-se sempre a uma demanda do capital, sem que esta tenha correspondência com as solicitações do trabalho.
 - (D) Compete ao Estado a intervenção no que concerne às normatizações da vida privada e individual, pois sua interferência em outras esferas colocaria em xeque seu posicionamento liberal.
 - (E) A intervenção estatal nas políticas sociais só pode ocorrer fora do modelo neoliberal.
-
22. Para Marilda Iamamoto (1985), o serviço social é reconhecido enquanto profissão e prática institucionalizada ao
- (A) colocar-se como responsável pela estruturação do *Welfare State*, cuja emergência se deu no final da segunda guerra mundial.
 - (B) compreender, como parte de seu arcabouço teórico, a centralidade do estudo das correntes sistêmicas de organização das políticas sociais, *locus* privilegiado de sua intervenção.
 - (C) responder às necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada.
 - (D) responder às necessidades sociais derivadas do processo de ajuda aos pobres que advinha do modelo de ajuda instituída na Inglaterra no século XIX.
 - (E) construir um arcabouço legal a partir de 1932, com a instalação do Estado Novo no Brasil e com a instituição do Conselho Nacional de Serviço Social, quando inicia a organização da rede socioassistencial não governamental.
-
23. Ao conceber o serviço social com o caráter contraditório da prática profissional nas relações sociais, é correto afirmar que
- (A) essa concepção imprime ao serviço social a negação do profissional como sujeito de sua prática e desconsidera os movimentos sociais como coparticipes do processo de transformação da sociedade.
 - (B) essa ideia é fruto do serviço social reconceituado que surgiu no início dos anos 70 na América Latina e que tinha como pressuposto a formulação do método único.
 - (C) o conjunto das práticas profissionais pode corroborar com sua capacidade redentora e transformadora das mazelas da questão social.
 - (D) a profissão identifica-se com o caráter conservador e reforçador do poder do Estado patrimonialista e clientelista.
 - (E) o serviço social insere-se na reprodução das relações sociais, estas entendidas como a reprodução da sociedade, ou seja, da dinâmica das relações de classe.
-
24. O processo de avaliação de política e programas sociais pode se constituir como um instrumento de conquista de direitos sociais e um dos pontos de sua força se encontra na capacidade de publicizar as informações. Nesta linha, suas principais características são:
- I. forma de pesquisa social aplicada, sendo, portanto uma atividade sistemática, planejada e dirigida.
 - II. identifica, obtém e propicia informações válidas e confiáveis suficientes e relevantes para fundamentar um juízo sobre o mérito ou valor de um programa ou atividade específica.
 - III. serve de base para tomada de decisão racional sobre o desenvolvimento de programas ou ações.
- Está correto o que consta em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.



25. A política social brasileira, envolvida pela perspectiva neoliberal, tem sua formulação pautada
- (A) pela acentuação da estratificação social, cujos elementos básicos são as desigualdades nas condições de vida e na qualidade do trabalho. No entanto, no que concerne ao sistema de proteção social, há firme tendência de ampliação de políticas sociais descentralizadas e participativas.
 - (B) pela instauração do estado mínimo para o capital e máximo para o social, com regulação e normatização que reconheça a desigualdade social.
 - (C) pela acentuação da estratificação social, cujos elementos básicos são as desigualdades, tanto nas condições e qualidade de trabalho quanto no consumo e na proteção social.
 - (D) pela ampliação dos direitos sociais e pelo alargamento do sistema de proteção social com foco na seguridade social não contributiva.
 - (E) pelo estabelecimento de um amplo pacto pela instauração do Estado Social com vistas a designar maior percentual do fundo público para programas de transferência de renda com características universalizantes.
-
26. Segundo Couto (2004), na construção dos direitos no Brasil, pesa a determinação de **elementos fundamentais** da formação histórica brasileira. São eles a
- (A) organização da ordem e progresso da estrutura econômica e social, no contexto de desenvolvimento do capitalismo financeiro, na formulação das políticas setoriais.
 - (B) grande propriedade territorial, as relações de poder apoiadas nas relações de dependência pessoal, no compadrio e da ideologia do favor.
 - (C) questão social, que considera a desigualdade como resultante da organização social progressista, a grande propriedade territorial e a organização democrática.
 - (D) composição do Estado populista, a carta dos direitos humanos e a organização da economia mercantil.
 - (E) construção da história do escravismo, a formulação do Estado burocrático e a instalação do modelo firmado no pressuposto de ordem e progresso.
-
27. O trabalho profissional está inserido no âmbito das instituições que se organizam em processos burocráticos. Uma das principais características da burocracia pode ser entendida como
- (A) separação entre os que executam e os que planejam, organizam, dirigem e controlam.
 - (B) proposição de protocolos de intervenção estruturados em modelos mecânicos e sistêmicos.
 - (C) estruturação de gestão com espaços de cooperação de ações e procedimentos que não decompõem as partes.
 - (D) a intrínseca relação entre o trabalho intelectual e o manual.
 - (E) subsunção das relações de poder e dominação aos processos democráticos.
-
28. O assistente social, ao trabalhar com a administração de benefícios sociais, deve compreendê-los no campo da seguridade social não contributiva. Os maiores programas de transferência de renda em vigor, atualmente no Brasil, são o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. Nesta linha, é correto afirmar que
- (A) a proteção social não poderia executar programas de transferência de renda, pois não são garantidores de direitos sociais.
 - (B) estes programas não estão sob a orientação da política de assistência social, pois esta não pode integrar o sistema de seguridade social, uma vez que não é considerada universal.
 - (C) tais programas compõem o escopo da política de assistência social que se integra a políticas de promoção de igualdade, equidade e oportunidades.
 - (D) atingem as camadas mais pobres da sociedade brasileira, pois ambos destinam-se a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo.
 - (E) os referidos programas, ao longo dos últimos anos de funcionamento, não têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população, haja vista que acabam por produzir acomodação e mais miséria.



29. Mariângela Belfiore Wanderley, ao tratar do desenho metodológico do trabalho social, afirma que:

- I. definir uma metodologia de intervenção significa exercer a difícil arte de transformar os pressupostos teóricos escolhidos em diretrizes operacionais e detalhar processos e técnicas de abordagem no seio das relações sociais que se pretende alterar.
- II. significa fazer o caminho inverso, a partir da experimentação, ao colocar em prática esse modelo criado.
- III. está fundamentado nos princípios, diretrizes e estratégias que garantam direção política emancipadora à ação.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

30. A leitura do serviço social e as relações de trabalho tratadas por Ana Elizabete Motta e Ângela Amaral (1998) apontam para

- (A) os atuais desafios a serem enfrentados pela profissão, os quais não podem e não devem considerar as transformações do mundo do trabalho, pois estas estão em dissonância com a composição dos direitos sociais.
- (B) a atual recomposição do ciclo de reprodução do capital, a qual provoca impactos nas práticas sociais que intervêm no processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho, onde se inclui a experiência profissional dos assistentes sociais.
- (C) as demandas, que são requisições de caráter pautadas no bom senso profissional e devem incorporar os direitos sociais difusos postos pela sociedade atual.
- (D) o fato de que as tendências da realidade profissional não são influenciáveis pelas características do mercado de trabalho, pois estes se pautam muito mais pelos avanços no campo de tecnologias informacionais.
- (E) as objetivações do trabalho individual, as quais determinam as alterações na prática profissional do serviço social, na medida em que os processos microssociais influem positivamente no conjunto de mudanças nas práticas sociais.

31. Na perspectiva dialética, a metodologia do trabalho social pode ser considerada:

- (A) relação linear causal entre variáveis e setores estabelecendo o controle imediato entre fatos e sujeitos.
- (B) leitura funcionalista e mecanicista da sociedade e das necessidades sociais que se apresentam no âmbito do trabalho profissional do assistente social, considerando as relações institucionais.
- (C) como atos e estratégias com foco na perspectiva individual do trabalho, considerando as atuais determinações das políticas sociais.
- (D) como processos globais historicamente dados numa relação contraditória e globalizada, supondo a construção de categorias que permitam a articulação global do particular para o geral e do geral ao particular.
- (E) ajustamento dos usuários aos contornos institucionais que, ao considerar o modo de produção capitalista e seu lugar no mundo do trabalho, atua com estratégias e táticas de caráter fenomenológico.

32. Ao analisar o contexto do serviço social e o mundo do trabalho, Raichelis (2011) considera a importância de localizá-lo nos seguintes temas:

- I. O serviço social como profissão emerge na sociedade capitalista em seu estágio monopolista, contexto em que a questão social, pelo seu caráter de classe, demanda do Estado mecanismos de intervenção não apenas econômicos, mas também políticos e sociais.
- II. O serviço social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo.
- III. O trabalho do assistente social é a expressão de um movimento que articula conhecimentos e luta por espaços no mercado de trabalho, com competências e atribuições privativas que têm reconhecimento legal nos seus estatutos normativos e reguladores.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.



33. O assistente social, ao atuar no âmbito institucional, deve considerar que, segundo Gulihon de Albuquerque,
- (A) uma instituição se consubstancia na prática de seus atores institucionais, a qual consiste em intervir nas relações sociais submetidas à soberania da instituição.
 - (B) o assistente social intervém nas relações sociais somente por relacionar-se com a população, independente do espaço institucional.
 - (C) as instituições são primordialmente o local de garantia de direitos e, portanto, não expressam as relações de poder e dominação.
 - (D) as organizações e as ações profissionais podem atuar independentemente das definições do Estado e das políticas sociais.
 - (E) as instituições representam uma estrutura hierárquica rígida que não permite alterações, mesmo diante do protagonismo dos seus usuários, face ao seu contexto de burocratização.
-
34. O exercício da prática profissional do assistente social exige conhecer para intervir. Portanto, o estudo social configura-se como um importante instrumento de desvelamento e compreensão dessa realidade social e deve ser definido como
- (A) atividade profissional cotidiana que permite o estudo das relações individuais e só deve ser construído a partir do relato do usuário do serviço.
 - (B) processo metodológico específico do serviço social que tem por finalidade conhecer profundamente e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objetivo da intervenção profissional.
 - (C) processo metodológico com o objetivo de formar subsídios para análise crítica da realidade social mais ampla, mas não pode ser associado com a intervenção profissional.
 - (D) documento síntese construído a partir do uso da visita domiciliar, pois esta permite a observação participante como requisito de conhecimento verdadeiro.
 - (E) documento síntese realizado a partir da entrevista; no entanto, por se tratarem de registros adquiridos por meio de relatos verbais, estes devem ser relativizados e considerados verídicos com a realização das abordagens *in loco*.
-
35. O Planejamento pode ser tratado sob diferentes perspectivas e dimensões, assim compreendidas:
- I. a perspectiva lógico-racional: refere-se ao processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de questões que se colocam no mundo social.
 - II. a dimensão política: decorre do fato de ser um processo contínuo de tomada de decisões, inscritas nas relações de poder.
 - III. a perspectiva científica: aponta para a necessidade da neutralidade axiológica, desprovida de valores ético-políticos.
- Está correto o que consta em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
36. Uma recente avaliação do Sistema Único de Saúde (SUS) realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada dá conta de apontar alguns desafios que necessitam ser enfrentados por esse sistema. Dentre eles, identifica-se
- (A) que o modelo de descentralização e de responsabilização adotado tem dificultado a formação de uma rede regionalizada e hierarquizada que garanta o acesso oportuno e a atenção integral a quem precisa.
 - (B) que o financiamento obrigatório de, no máximo, 15% da receita dos estados e municípios e da seguridade social na esfera federal é insuficiente para manter o SUS.
 - (C) que os usuários do sistema não respeitam a hierarquização na oferta dos serviços, buscando, em primeiro lugar, os serviços especializados, em vez de iniciarem o atendimento pela rede básica.
 - (D) inexistência de pactuações entre as três esferas de governo, no que concerne à definição de responsabilidades na rede hierarquizada de saúde, considerando os serviços de atenção básica, de média e alta complexidade.
 - (E) diminuição da cobertura vacinal e do acesso aos serviços de atenção básica, assim como o déficit de ações executivas dos conselhos locais de saúde.



37. A seguridade social brasileira se faz por um conjunto integrado de inovações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos aos seguintes âmbitos:
- (A) assistência social, saúde e educação.
 - (B) previdência, saúde e transferência de renda.
 - (C) trabalho, bolsa família e previdência.
 - (D) previdência, saúde e assistência social.
 - (E) educação, saúde e trabalho.

38. A seguridade social deve se organizar com base nos seguintes objetivos:
- I. universidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços à toda população; seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços.
 - II. irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento; participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados; caráter democrático e descentralização da gestão participativa.
 - III. redutibilidade no valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento; participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados; caráter democrático e centralizado da gestão participativa.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.
39. O assistente social, ao trabalhar junto às comunidades, deve associar esses grupos populacionais e familiares às especificidades do seu território. O desvelamento desse território deve considerar
- (A) a vulnerabilidade como um fator que afeta individualmente os moradores de uma determinada região e a leitura socioterritorial não pode ser considerada para a leitura da vulnerabilidade das famílias.
 - (B) as variadas formas de vulnerabilidade social, a matriz das respostas de proteção social que pode representar uma conjugação diferenciada para, ao mesmo tempo, deixar evidente a potencialidade possível e a medida da vulnerabilidade vivida.
 - (C) a vulnerabilidade intrafamiliar desvinculada das determinações socio-históricas, pois estas não afetam o cotidiano contemporâneo do espaço vivido.
 - (D) a preponderância dos fatores relacionados à renda, pois estes por si só são capazes de medir de forma mais precisa a vulnerabilidade das famílias e territórios; para esta interpretação deve-se somar como fator de precisão da vulnerabilidade o descarte da perspectiva do potencial de inclusão.
 - (E) a leitura da realidade pautada exclusivamente em indicadores mensuráveis e consagrados por ciências como a geografia, a saúde e a economia, pois o acesso às respostas de proteção não podem ser medidas de forma exata e precisa.

40. O trabalho social no âmbito da política habitacional, sobretudo com famílias que apresentem alto grau de vulnerabilidade deve, segundo Rosângela Paz (2006), ser compreendido como
- (A) um conjunto de ações voltadas às famílias, de caráter individual, atendendo às especificações de serviço social de caso, considerando as vicissitudes da vida moderna e urbana. A atenção específica à família em processo de mudança de bairro deve considerar sua nova forma de vida, o que indica a necessidade do assistente social iniciar o atendimento individual e o diagnóstico social com seis meses de antecedência.
 - (B) as atribuições que o assistente social realiza para regularizar a posse do imóvel junto ao Sistema Financeiro de Habitação, no sentido de tornar a família em situação de vulnerabilidade proprietária do novo imóvel. Compete a ele, portanto, fazer a juntada de todos os documentos e enviá-los ao cartório de registro de imóveis da localidade.
 - (C) um conjunto de ações de caráter socioeducativo com o objetivo de adequar à nova realidade socioeconômica que o usuário da Política Nacional de Habitação vai encontrar no processo de remoção para outras áreas. Essa orientação se faz necessária dado o fato da nova realidade exigir a absorção de novos hábitos de higiene e convivência.
 - (D) conjunto de ações inclusivas com caráter socioeducativo, adequadas à realidade socioeconômica e cultural da população e às características da área de intervenção, afinadas com os princípios da Política Habitacional, com as diretrizes dos programas desenvolvidos em articulação com todos os agentes sociais envolvidos nos processos de decisão, implantação e controle dos programas de moradia.
 - (E) atribuições relacionadas ao trabalho interdisciplinar que visa alterar o atual rumo do contexto habitacional brasileiro, sobretudo no que concerne aos programas destinados à população de baixa renda denominados Programas de Inclusão Social da COHAB.



41. O Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda prevê o desenvolvimento da política de qualificação profissional, que
- (A) se constitui como política passiva de enfrentamento ao desemprego, promovendo a inclusão dos excluídos no mercado de trabalho.
 - (B) cumpre papel importante junto ao trabalhador que está em situação de desemprego, concedendo a esse o benefício assistencial de seguro-desemprego.
 - (C) se inclui, no Sistema Brasileiro de Proteção Social, entre as políticas organizadas com base no eixo emprego-trabalho, juntamente com a Previdência Social.
 - (D) qualifica o trabalhador, pois é a falta da qualificação a principal causa do desemprego, conforme estudos já realizados por institutos de pesquisa nos âmbitos nacional, estadual e municipal.
 - (E) adota a lógica do empreendedorismo, objetivando transformar o trabalhador em dono de seu próprio negócio, incluindo-o em programas que oferecem todas as condições e apoio necessários para a viabilização do empreendimento.

42. O Seguro-Desemprego é um benefício integrante da seguridade social garantido por lei e que pode ser descrito nas modalidades de
- I. Bolsa Qualificação, destinada a subvencionar os trabalhadores com contrato de trabalho suspenso, em conformidade com o disposto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, devidamente matriculado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador.
 - II. Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado, que consiste no auxílio temporário concedido ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo.
 - III. Bolsa Qualificação, destinada a subvencionar os trabalhadores que nunca tiveram registro em carteira e que estejam devidamente matriculados em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo poder público.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.
43. A gestão das ações na área de assistência social deve ser organizada sob a forma do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem por objetivo
- (A) consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica do Estado, de modo articulado com a sociedade civil, reafirmando a responsabilidade desta sobre aquele.
 - (B) estabelecer as responsabilidades, sobretudo para a rede privada que opera os serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, pois a rede pública tem suas responsabilidades definidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - (C) estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social.
 - (D) definir um único nível de gestão, considerando que o estabelecimento de vários níveis contribuirá para desqualificar os parâmetros pactuados na Norma Operacional Básica da Assistência Social.
 - (E) estabelecer instrumentos e mecanismos técnicos que garantam uma gestão isolada e eficaz de serviços e benefícios.

44. A Política Nacional de Assistência Social rege-se por princípios democráticos, dentre os quais é correto citar:
- (A) particularização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
 - (B) divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.
 - (C) respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, exigindo-se, para o atendimento, a comprovação menos vexatória possível de necessidade.
 - (D) exigência de rentabilidade econômica deve sobrepor-se ao atendimento às necessidades sociais.
 - (E) igualdade de direitos no acesso ao atendimento, garantindo a não equivalência às populações urbanas e rurais.



45. O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal que executa serviços, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. Deve ser caracterizado como serviço desenvolvido no CRAS:
- (A) família acolhedora.
 - (B) plantão social.
 - (C) proteção e atendimento integral à família.
 - (D) proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias.
 - (E) proteção social de alta complexidade para situações de violência doméstica.
-
46. O artigo 27, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, prevê que, quando verificada a prática de irregularidade em entidade certificada, são competentes para representar ao Ministério Público:
- I. o gestor municipal ou estadual do SUS ou do SUAS, de acordo com a sua condição de gestão, bem como o gestor da educação municipal, distrital ou estadual.
 - II. a Secretaria da Receita Federal do Brasil.
 - III. o Tribunal de Contas da União.
- Está correto o que consta em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
47. O assistente social, ao ser questionado sobre o prazo de validade da certificação prevista na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, deve esclarecer que
- (A) será fixado em regulamento, observadas as especificidades de cada uma das áreas e o prazo mínimo de 1 (um) ano e máximo de 5 (cinco) anos.
 - (B) será fixado em regulamento, observadas as especificidades de cada uma das áreas, sendo o prazo máximo de 2 (dois) anos.
 - (C) o certificado tem validade por tempo indeterminado, independentemente da situação da entidade e poderá ser cassado em qualquer tempo.
 - (D) o certificado tem validade por tempo indeterminado para as instituições que possuem mais de 15 (quinze) anos de funcionamento e não apresentaram nenhuma irregularidade durante esse período.
 - (E) será fixado em regulamento, observadas as especificidades de cada uma das áreas, sendo o prazo mínimo de 2 (dois) e máximo de 10 (dez) anos.
-
48. A Constituição Federal de 1988 contemplou dispositivos importantes para a viabilização da participação da população. Os Conselhos Gestores foram institucionalizados e representam a
- (A) resignificação da ideia de partilha do poder, cuja ênfase recai sobre a parceria público-privado para a gestão das políticas públicas.
 - (B) divisão equitativa dos assentos por meio da paridade que é suficiente para garantir a representação política.
 - (C) ampliação do espaço público e se constituem como arenas de negociação que podem qualificar a comunidade no exercício da gestão democrática.
 - (D) personalização das relações políticas que se configura como uma especificidade desses espaços de participação.
 - (E) conservação de premissas patrimonialistas que asseguram o caráter democrático participativo com as representações da sociedade civil.



49. O estabelecimento de mecanismos institucionais para o exercício do controle social foi conquistado pelo processo vivenciado no Brasil que culminou na Constituição Federal de 1988. Essa forma de controle social pode ser compreendida como
- (A) uma estratégia estabelecida pela elite para a reprodução social, bem como o estímulo à subalternidade dos cidadãos e cidadãs.
 - (B) estabelecimento de mecanismo de representação destinado à manutenção da ordem e do *status quo*.
 - (C) o cumprimento do papel das polícias e dos tribunais que possuem essa atribuição, exercendo-se de forma vertical e centralizada.
 - (D) filiada a um modelo de democracia direta e participativa.
 - (E) influência que o governo exerce na formação da agenda comunitária para determinada área.
-
50. A constatação de que a vulnerabilidade e a insegurança social vinham se ampliando foi a mola propulsora de um sistema de proteção social. Nessa linha, tivemos a instituição da seguridade social brasileira na Constituição Federal de 1988, que pode ser compreendida como
- (A) estabelecimento de mecanismos e instrumentos técnicos e de financiamento para o desenvolvimento de ações de solidariedade de base privada, familiar e comunitária.
 - (B) concepção de cidadania marcada pelo corporativismo e estratificação social na qual são protegidos dos riscos somente aqueles que possuem contribuição previdenciária.
 - (C) modelo captado pelo conceito de cidadania regulada, sendo incluídos os cidadãos que se encontram em determinada faixa etária e de renda.
 - (D) política social que intervém parcialmente para corrigir as ações desencadeadas pelo mercado que aprofundam as mazelas sociais e influenciam a adoção de medidas de ajustes estatais.
 - (E) sistema de proteção social que articula e integra as políticas de seguro social, assistência social e saúde.
-
51. O assistente social ao prestar atendimento a uma pessoa idosa e orientá-la sobre o direito preconizado no Estatuto do Idoso na área da habitação, deve esclarecer que, nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso possui prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria. Para tanto, é correto afirmar que
- (A) as unidades residenciais reservadas para atendimento a idosos devem situar-se, preferencialmente, nos pavimentos superiores, para maior segurança do idoso.
 - (B) há reserva de, pelo menos, 3% (três por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento aos idosos.
 - (C) há reserva de até 3% (três por cento) das unidades residenciais para atendimento aos idosos.
 - (D) há reserva de, pelo menos, 5% (cinco por cento) das unidades residenciais para atendimento aos idosos.
 - (E) há reserva de, pelo menos, 10% (dez por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento aos idosos.
-
52. Para Carvalho (1998), o processo constituinte, o amplo movimento de "Participação Popular na Constituinte", marca uma nova fase dos movimentos sociais porque se caracteriza como
- (A) momento em que as experiências da fase anterior são sistematizadas e traduzidas em propostas políticas mais elaboradas e levadas aos canais institucionais conquistados.
 - (B) predominantemente reivindicativa, de ação direta ou "de rua", com a manutenção de relações de subordinação e de tutela por parte do Estado e dos partidos.
 - (C) reivindicação de participar, apenas para obter ou garantir direitos já conquistados ao longo do processo histórico de participação popular.
 - (D) atrelamento às proposições populistas, corrente de pensamento político que se colocava a serviço do interesse público e coletivo para o fortalecimento dos espaços públicos.
 - (E) estabelecimento de relações de tutela pelo "centralismo democrático" do partido comunista, que focava sua luta pela manutenção da ordem geral da sociedade e, conseqüentemente, pela superação das condições de vulnerabilidade social.



53. O Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3, incorpora resoluções da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos e propostas aprovadas nas várias conferências nacionais temáticas, dentre elas, a de segurança alimentar, educação, saúde, habitação, igualdade racial, direitos da mulher, juventude, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, meio ambiente. O respectivo Plano prevê
- (A) a garantia da livre determinação dos povos, o reconhecimento de soberania sobre seus recursos e riquezas naturais, respeito pleno à sua identidade cultural e a busca de equidade na distribuição das riquezas.
 - (B) que os direitos humanos constituem condição para a prevalência da dignidade humana, e que devem ser promovidos e protegidos sob a responsabilidade exclusiva do Estado.
 - (C) primazia dos direitos humanos, os quais se constituem como princípio transversal a ser considerado nas políticas sociais e não em todas as políticas públicas.
 - (D) investimentos em infraestrutura e modelos de desenvolvimento econômico na área rural, baseados, em grande parte, no agronegócio, sem a preocupação com a potencial violação dos direitos de pequenos e médios agricultores e das populações tradicionais.
 - (E) o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) como indicador suficiente para medir o avanço do país e que pode ocasionar, automaticamente, melhoria do bem-estar para todas as camadas sociais e refletir, de fato, melhorias nas condições de vida dos indivíduos.
-
54. Os princípios ético-profissionais do Serviço Social são fundamentados na concepção
- (A) de liberdade nos moldes do liberalismo, compreendendo-a apenas como livre-arbítrio ou como individualismo.
 - (B) de cidadania baseada na ordem civil e política para a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos, nos limites postos pela reprodução das relações sociais no capitalismo.
 - (C) de difusão das práticas de mediação das políticas sociais, dentro dos parâmetros estabelecidos na lógica minimalista que está presente na distribuição dos benefícios e programas.
 - (D) da neutralidade e de sua vinculação com os usuários dos serviços sociais que apontem para a sua inserção no sistema de proteção social, que preconiza a melhoria das condições de vida da população e manutenção do projeto societário vigente.
 - (E) de vinculação explícita com os usuários e com a construção de um novo projeto societário, que preconiza o fim da dominação ou exploração de classe, etnia e gênero.
-
55. O debate contemporâneo entre ética, política e profissão é parte
- (A) da prática social voltada para a criação de novos valores, que é também o processo de criação de uma nova hegemonia no quadro das relações sociais.
 - (B) da incorporação do moderno conservadorismo europeu, alimentando, na cultura profissional, uma crítica romântica à sociedade.
 - (C) da adoção da postura teórica da sociologia funcionalista latino-americana com fortes raízes empiricistas.
 - (D) do ordenamento capitalista que atribui, como processo natural à profissão, acoplar-se aos valores neotomistas que preconizam as reformas parciais nos indivíduos, grupos e comunidades na defesa do desenvolvimento integral.
 - (E) da visão de uma essência humana abstrata e atemporal somada à perspectiva determinista da transformação da estrutura social, que conduzem a uma ação político-profissional idealizada e messiânica.
-
56. Conforme a Lei nº 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, constitui-se como competência do profissional:
- I. planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
 - II. prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
 - III. realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.
- Está correto o que consta em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.



57. A regulamentação da profissão de Assistente Social define como atribuição privativa:
- (A) utilização de métodos e técnicas de Serviço Social que tenham como objetivo a realização de diagnóstico de contextos individuais, familiares e comunitários, visando à solução de problemas de ajustamento.
 - (B) realização de estudos socioterritoriais para possibilitar uma leitura crítica da realidade social em que o profissional está inserido.
 - (C) aplicação de questionário a integrantes de determinado núcleo familiar para contribuir para uma análise mais qualitativa do contexto familiar.
 - (D) realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.
 - (E) realização de orientação sociopedagógica direcionada aos usuários e equipe multidisciplinar.
-
58. A equipe do Ministério Público é composta por profissionais com formação em diferentes áreas do conhecimento. O assistente social, ao integrar-se nessa equipe de trabalho, deve compreender a atuação interdisciplinar como
- (A) uma atitude de justaposição de conteúdos de disciplinas heterogêneas.
 - (B) ação de pluridisciplinaridade que prevê a integração de conteúdos numa disciplina, alcançando a integração de métodos, teorias ou conhecimentos.
 - (C) a busca da definição de seu espaço profissional, numa atitude de exclusividade de seus conhecimentos técnico-científicos e reconhecimento dos limites de seu saber.
 - (D) a junção das concepções fragmentárias do ser humano, devendo, para tanto, anular a contribuição de algumas ciências, estabelecendo assim, a supremacia de determinada ciência, em detrimento de outra.
 - (E) relação de reciprocidade, um regime de co-propriedade, possibilitando o diálogo, onde as diversas disciplinas levam a uma interação, a uma intersubjetividade.
-
59. A ratificação do Brasil, em 2008, à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas – ONU, avança na consolidação dos direitos humanos a todas as pessoas que apresentam alguma deficiência. Pode-se considerar como avanço dessa política:
- (A) a compreensão da deficiência dentro de uma concepção puramente médica, reafirmando a condição da necessidade de tutela pela família, pelas instituições e pelo Estado na garantia dos direitos da pessoa com deficiência.
 - (B) a compreensão da deficiência como parte da área de desenvolvimento social e de direitos humanos, conferindo-lhe uma dimensão mais personalizada e social.
 - (C) imputar à pessoa com deficiência a única e exclusiva responsabilidade para ultrapassar seus limites físicos, sensoriais ou intelectuais.
 - (D) o conceito de inclusão, que se refere ao processo de construção de uma sociedade para todos, cujo alvo de transformações são as pessoas e não os ambientes sociais.
 - (E) a compreensão da acessibilidade em sentido restrito, como ingresso e permanência aos meios físicos.
-
60. A identificação da ameaça e a inclusão de crianças e adolescentes no *Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte* (PPCAAM), é realizada por meio dos órgãos:
- (A) Poder Judiciário, Conselhos Tutelares e Ministério Público.
 - (B) Centro de Direitos Humanos, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
 - (C) Secretaria de Estado da Justiça e Conselhos de Direitos Humanos.
 - (D) Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS – que prestam atendimento às situações de violência.
 - (E) Delegacias da Criança e do Adolescente, Defensoria Pública.